

ENTRE MAPAS E VOZES: A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE AFIRMAÇÃO DE SABERES, ENSINO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Larícia Gomes Soares¹

(Mestre em Geografia, UFRN, 84 991273789, laricia.gomes.121@ufrn.edu.br)

Juliana Felipe Farias²

(Docente do Departamento de Geografia, juliana.farias@ufrn.br)

Gabriella Cristina Araújo de Lima³

(Mestre em Geografia, UFRN, gabriella.lima.078@ufrn.edu.br)

Kathe Ellen de Sousa Costa⁴

(Mestranda em Geografia, UFRN, kathesousa.costa@gmail.com)

Luana de Holanda Viana Barros⁵

(Mestranda em Geografia, UFRN, luanabarros1400@gmail.com)

RESUMO

A Cartografia Social tem se consolidado como uma metodologia participativa de grande relevância para a Geografia, ao articular representação espacial, saberes locais e práticas coletivas. Este artigo analisa as ações desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisas em Geoecologia das Paisagens, Educação Ambiental e Cartografia Social (GEOPEC/UFRN), destacando suas dimensões educativas, investigativas e extensionistas. A partir de experiências em comunidades tradicionais, escolas públicas e projetos interinstitucionais, foram promovidas atividades como mapeamentos participativos, oficinas cartográficas, produção de símbolos visuais e capacitações remotas. Os resultados demonstram que a Cartografia Social favorece o protagonismo dos sujeitos, a valorização dos territórios e o diálogo entre saberes científicos e populares. Além disso, revela-se como uma estratégia potente para a construção de diagnósticos territoriais e o fortalecimento da educação geográfica crítica e contextualizada.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia Social; Educação Geográfica; Extensão Universitária.

Identificação do GT

GT 05: Ensino de Geografia

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Cartografia Social (CS) tem se consolidado como uma abordagem metodológica participativa relevante no campo da Geografia, sobretudo por sua capacidade de integrar representação espacial, afirmação de saberes e práticas coletivas. Trata-se de um instrumento que possibilita a expressão dos sujeitos sobre seus territórios, evidenciando relações de pertencimento, potencialidades, limitações, conflitos socioambientais e projetos participativos de futuro.

O fortalecimento da Cartografia Social no Brasil está associado a processos de resistência e mobilização popular, especialmente a partir dos anos 1990, quando movimentos sociais e comunidades tradicionais passaram a reivindicar maior protagonismo na produção de informações territoriais. Nessa perspectiva, Acselrad (2013) compreende a Cartografia Social como um campo de disputa simbólica em que se entrelaçam práticas representacionais e experiências territoriais.

Além de sua dimensão socioespacial, a Cartografia Social tem revelado importante contribuição no âmbito da educação geográfica, ao favorecer práticas pedagógicas contextualizadas, dialógicas e emancipatórias. Ao reconhecer o espaço vivido como ponto de partida para a aprendizagem, essa abordagem promove a articulação entre conhecimento

científico e saberes locais. Como destaca Callai (2013) o uso da linguagem cartográfica na escola, quando orientado por princípios participativos, permite que o mapa funcione não apenas como representação, mas como mediação entre sujeitos, memória e ação.

A Cartografia Social também tem se mostrado uma estratégia teórica e metodológica pertinente para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e ações extensionistas. Sua aplicação em comunidades tradicionais, tem possibilitado diagnósticos mais sensíveis às dinâmicas locais, bem como a construção coletiva de propostas de ordenamento e sustentabilidade. É nesse escopo que se insere a atuação do Grupo de Pesquisas em Geoecologia das Paisagens, Educação Ambiental e Cartografia Social (GEOPEC), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o grupo desenvolve ações que articulam metodologias participativas e formação territorial crítica junto a diversos públicos. Oficinas cartográficas, mapeamentos participativos, produção de cartilhas, atlas escolar e outras estratégias têm sido mobilizadas em contextos escolares, comunidades tradicionais, áreas costeiras e zonas rurais.

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar as ações de Cartografia Social desenvolvidas pelo GEOPEC, com ênfase em suas dimensões educativas, investigativas e extensionistas. Parte-se da premissa de que os mapas, quando construídos coletivamente, constituem-se em instrumentos fundamentais para a afirmação de saberes tradicionais e locais, para o ensino contextualizado, bem como para o ordenamento participativo do território.

2 CARTOGRAFIA SOCIAL: CAMINHOS E POSSIBILIDADES

A Cartografia Social emerge como uma metodologia participativa e dialógica, que rompe com os modelos tradicionais de produção cartográfica centrados apenas em representações técnicas e hegemônicas do espaço. Constitui-se como um ramo da cartografia geral, que se diferencia por integrar conhecimentos técnicos e populares. No Brasil, as pesquisas em Cartografia Social ganharam destaque a partir da década de 1990, com o aumento das experiências que envolvem a inclusão de populações locais em práticas de mapeamento. A ampliação dos espaços e a diversificação das formas de representação espacial, somadas ao avanço das tecnologias e à emergência de novos sujeitos mapeadores, deram lugar à consolidação de um campo que articula linguagens cartográficas e práticas territoriais, reconhecendo a legitimidade das vozes locais na produção de conhecimento sobre o território (Acsehrad, 2013).

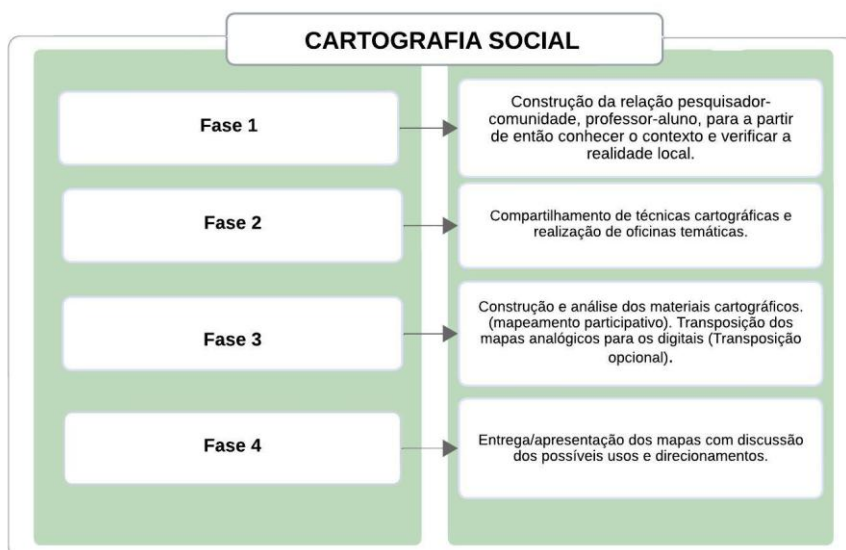
Atualmente, as ações de Cartografia Social no país estão organizadas em torno de quatro polos principais. O primeiro é o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), vinculado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que consolidou experiências de mapeamento iniciadas nos anos 1990 e publicou dezenas de fascículos abordando lutas territoriais de povos e comunidades tradicionais. O segundo polo é o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que atua na interseção entre cartografia social, planejamento urbano e participação cidadã.

O terceiro polo é o Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal do Ceará (UFC), com foco em conflitos territoriais envolvendo comunidades tradicionais, especialmente diante da expansão da energia eólica. Recentemente, um quarto polo emergiu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN): o Grupo de Pesquisas em Geoecologia das Paisagens, Educação Ambiental e Cartografia Social (GEOPEC), que articula a cartografia social com a análise das paisagens e com ações de extensão junto a comunidades tradicionais, assim como, ao ensino de geografia (Soares, 2024).

Dessa maneira, a cartografia social reconhece que mapear vai além de representar o espaço físico, trata-se também de afirmar modos de vida, expressar vivências, vínculos identitários, relações de pertencimento e aspirações coletivas. Vázquez e Massera (2012, p. 98) reforçam esse entendimento ao afirmarem que “os mapas sociais podem apresentar informações em múltiplas escalas e dimensões”.

Na perspectiva da educação geográfica, a Cartografia Social também ganha centralidade como linguagem educativa. Ao ser aplicada no contexto escolar, a CS permite que alunos e professores construam juntos representações cartográficas baseadas em suas vivências e leituras de mundo. Conforme argumenta Soares (2024), essa prática transforma o aluno em protagonista do processo de construção do conhecimento geográfico, promovendo uma aprendizagem significativa. Gorayeb, Meireles e Silva (2015) ressaltam que a CS valoriza a expressão simbólica, afetiva e cultural dos espaços vividos, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades de localização, observação, análise espacial e pensamento crítico. A Figura 1, apresenta as fases metodológicas da Cartografia social aplicada a diferentes estudos e descritas por Soares (2024).

Figura 1 – Fases Metodológicas da Cartografia Social



Adaptado de Soares (2024)

Sendo assim, como afirma Cavalcanti (2012), a construção coletiva de mapas favorece ainda o diálogo interdisciplinar, rompendo com abordagens fragmentadas e valorizando os saberes oriundos da oralidade, textualidade e representação gráfica. Ao integrar diferentes linguagens e experiências, os mapas produzidos pelos grupos se tornam expressões autênticas da vida cotidiana, instrumentos de planejamento e ferramentas pedagógicas.

3 AÇÕES DE CARTOGRAFIA SOCIAL NO GEOPEC: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.1 POTENCIAL E USO DA CARTOGRAFIA SOCIAL EM AÇÕES DE EXTENSÃO

A extensão universitária constitui a vertente da tríade ensino, pesquisa e extensão que mais permite à universidade ultrapassar seus próprios muros, possibilitando um trabalho mais próximo e efetivo com as diferentes realidades e comunidades. Esse princípio pode ser compreendido como uma resposta às demandas sociais por uma universidade socialmente comprometida, que dialogue ativamente com diversos setores da sociedade e que proponha uma formação e produção de conhecimento alinhadas às necessidades sociais.

Como primeira ação de Cartografia Social no âmbito do GEOPEC, o projeto *“Mapeando ideais e construindo ações: cartografia social e educação ambiental como ferramentas de inclusão social”* foi desenvolvido com o intuito de mapear percepções e construir ações a partir da extensão universitária, apropriando-se de conhecimentos geográficos e materializando-os na realidade vivida pelos participantes – alunos do ensino médio da Escola Estadual Professor Paulo Freire, no ano de 2021.

Os discentes foram organizados em grupos e cada grupo recebeu uma imagem de satélite do município. Utilizando materiais de papelaria, os alunos realizaram o mapeamento analógico de áreas que, em sua percepção, eram relevantes ou apresentavam problemas ambientais. Entre os pontos mapeados, destacaram-se áreas com problemas ambientais que afetam diretamente a paisagem e a qualidade de vida da população, como: ausência de local adequado para o descarte de resíduos sólidos, falta de saneamento básico, desmatamento em áreas de dunas e depredação do patrimônio cultural e turístico, especialmente em torno de mirantes, espaços de forte valor simbólico e de pertencimento para a comunidade.

Durante o mapeamento, os participantes tiveram liberdade para escolher as cores e elaborar legendas, o que permitiu uma melhor compreensão coletiva do que estava sendo representado. Ao final, foi promovido um momento de debate e socialização dos mapas elaborados, nos quais foram identificados e discutidos os locais representados. A Figura 2 apresenta um mosaico com registros dessa ação.

Figura 2 – Registros da ação de Educação ambiental e Cartografia social em Baía Formosa/RN



Legenda: A), B), C), E), F) Construção de mapas participativos; D) Mapa participativo analógico finalizado; G) Apresentação dos mapas pelos participantes; H) Momento de socialização e encerramento da atividade.

Fonte: GEOPEC (2021).

Ainda nesse sentido, uma outra ação desenvolvida com base nos princípios da extensão universitária e da cartografia social foi o *“O projeto de fontes Dingbats como ferramenta para a documentação da cultura local: uma proposta a partir de ações de cartografia social no município de Baía Formosa (RN)”*, proposto pelos Departamentos de Design e de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que buscou integrar ensino, pesquisa e extensão em uma proposta voltada ao reconhecimento e à representação por meio de práticas participativas e expressões visuais.

A iniciativa culminou na criação de cinco fontes Dingbats, fontes tipográficas compostas por símbolos visuais baseados em elementos culturais, ambientais e territoriais. As

ações de extensão, realizadas em 2022, com desdobramentos até o ano de 2024, proporcionaram uma imersão no território e o contato direto com diferentes perfis de moradores, permitindo compreender como os habitantes de Baía Formosa percebem, vivenciam e representam a cultura local (Falcão; Farias, 2023).

Dentre os públicos envolvidos, destacou-se o primeiro grupo de trabalho do projeto: estudantes do ensino médio da Escola Estadual Professor Paulo Freire, com idades entre 14 e 18 anos. O ponto de partida das atividades foi o mapeamento participativo com esse grupo, desenvolvido em 2021. Durante essa ação, os alunos identificaram potencialidades e limitações do município, propuseram melhorias relacionadas ao uso dos recursos naturais e sugeriram estratégias para valorização da cultura local.

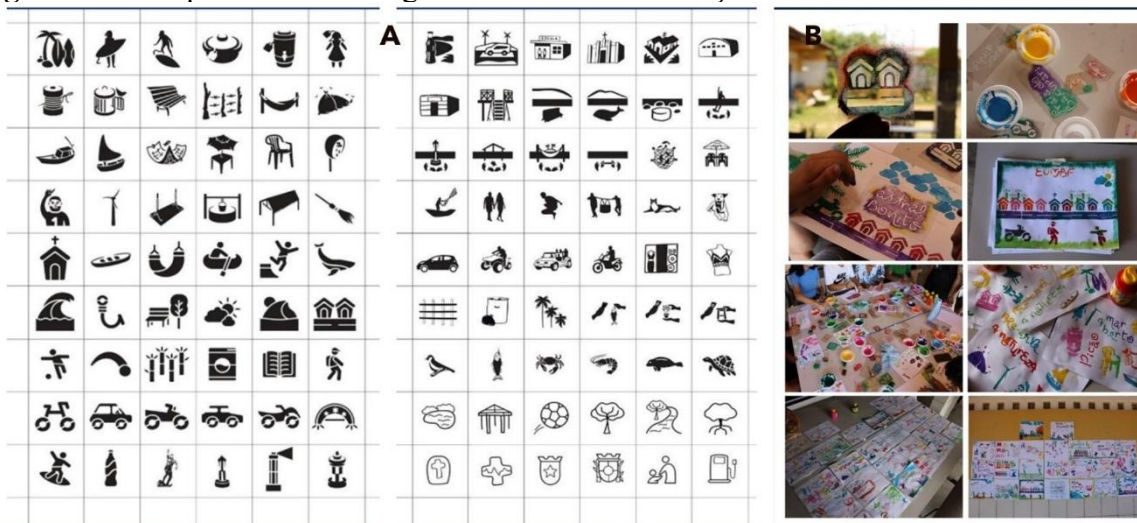
Esse diagnóstico foi construído com base no reconhecimento de pontos estratégicos do território, como pousadas, escolas, o campo de futebol, entre outros. Os estudantes foram incentivados não apenas a mapear tais locais, mas também a expressar suas percepções sobre eles. A atividade resultou na produção de uma cartografia social que refletia não apenas os aspectos físicos e ambientais da cidade, mas também os sentimentos, significados e valores atribuídos a cada espaço. A partir dessas representações, os alunos criaram símbolos (desenhos) que se transformaram em fontes *Dingbats* – símbolos digitais, que sintetizam elementos do cotidiano, da identidade e da cultura local.

Entre essas categorias, foram criados símbolos que retratavam elementos naturais, o que se denominou Dingbats BF Natureza. Também foram produzidas imagens que representavam o espaço urbano da cidade, reunidas sob o grupo Dingbats BF Cidade. Além disso, objetos do cotidiano da comunidade foram representados nos Dingbats BF Objetos, enquanto expressões idiomáticas locais e frases populares foram organizadas como Dingbats BF Letreiramentos. Por fim, os Dingbats BF Cenas Formosas incluíam sinais gráficos inspirados em ações cotidianas.

Com os símbolos criados, foi realizada uma oficina prática de pintura e confecção de cartazes, com o objetivo de validar os Dingbats produzidos e aprofundar o engajamento dos alunos com o projeto. A atividade também buscou promover um aprendizado criativo, colaborativo e ancorado na realidade local. Durante a oficina, os estudantes utilizaram os símbolos para confeccionar cartazes representando espaços significativos no entorno da escola.

O Projeto Dingbats Baía Formosa demonstrou ser uma iniciativa com alto potencial não apenas na representação simbólica do território e no reconhecimento do entorno escolar, mas também como estratégia educativa para o fortalecimento do senso de pertencimento e da valorização da cultura local. A Figura 3 ressalta registros dessa ação.

Figura 3 – Exemplo de fontes Dingbats e oficina de confecção de cartazes em Baía Formosa/RN



Legenda: A), B) Exemplos de símbolos Dingbats criados a partir das percepções dos estudantes; C), Etapas da oficina de pintura e montagem dos cartazes. **Fonte:** Projeto Dingbats (2022-2024).

Essa experiência evidencia a relevância do uso de metodologias participativas associadas a recursos visuais na construção de práticas pedagógicas criativas. Ao representar a cultura e o território com base nas vivências dos sujeitos locais, os Dingbats contribuíram para o fortalecimento da identidade comunitária dentro e fora da escola.

Ademais, ainda no campo das articulações extensionistas, destaca-se a participação do GEOPEC em iniciativas para além do estado do Rio Grande do Norte, como no projeto “*Cartografia social dos saberes, fazeres e sociabilidades das casas de farinha e farinhadas no sul do Piauí*”, desenvolvido junto à Licenciatura em Educação do Campo (Ledoc/UFPI), no corrente ano. A atuação do grupo ocorreu por meio da oferta de capacitações remotas, voltadas à introdução conceitual e prática da cartografia social para discentes e docentes da região.

As atividades formativas incluíram três momentos principais: a primeira capacitação abordou noções básicas de cartografia social, com foco em suas aplicações para o reconhecimento dos territórios e saberes locais; a segunda, intitulada “Da imagem ao mapa”, orientou sobre os procedimentos metodológicos para construção de mapas participativos analógicos, utilizando imagens do Google Earth; por fim, a terceira etapa tratou da transposição dos mapas analógicos para o ambiente digital, incluindo organização de legendas, conversão de dados em Sistema de Informação Geográfica, e estruturação final das informações georreferenciadas. Essas contribuições evidenciam o compromisso do GEOPEC com a difusão de práticas de cartografia social. A Figura 4 apresenta os momentos assíncronos das capacitações mencionadas.

Figura 4 – Capacitações de Cartografia Social



Legenda: A) Capacitação em Noções Básicas de Cartografia Social; B) Da Imagem ao Mapa: Construção de Mapas Participativos Analógicos **Fonte:** GEOPEC (2025)

Dessa forma, as experiências apresentadas evidenciam como a Cartografia Social, aliada às ações de extensão universitária, pode se constituir em uma importante ferramenta de construção coletiva, seja por meio do mapeamento analógico realizado em Baía Formosa, da criação de símbolos identitários no Projeto Dingbats, ou das capacitações remotas realizadas junto à comunidade do campo do sul do Piauí, observa-se o potencial dessas práticas quando orientadas pelo diálogo, pela participação e pelo reconhecimento das territorialidades locais. O quadro 1, sintetiza as ações supracitadas.

Quadro 01 – Sistematização das ações de Cartografia Social

Atividade	Duração	Desenvolvimento e Parcerias
Mapeando ideais e construindo ações: cartografia social e educação ambiental como ferramentas de inclusão social	Projeto inicial: 2021 Segundo projeto: 2023	GEOPEC – UFRN
O projeto de fontes Dingbats como ferramenta para a documentação da cultura local: uma proposta a partir	Projeto inicial: 2022 Renovação do projeto: 2023 e 2024	Departamento de Desing e Departamento de

de ações de cartografia social no município de Baía Formosa (RN)		Geografia – GEOPEC, UFRN
Cartografia social dos saberes, fazeres e sociabilidades das casas de farinha e farinhadas no sul do Piauí	Projeto inicial: 2025	GEOPEC – UFRN e Ledoc/UFPI

Fonte: Autores (2025).

3.2 A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO NAS PESQUISAS EM GEOGRAFIA

A Cartografia Social também se afirma como um campo teórico-metodológico relevante no âmbito das pesquisas em Geografia, sobretudo quando articulada a outras abordagens. Essa integração amplia sua potência analítica, permitindo leituras mais complexas das paisagens e participativas dos territórios. Esse potencial é evidenciado na dissertação intitulada “Paisagem, comunidade e território: diálogos de saberes e mapeamento participativo em Baía Formosa (RN)”, desenvolvida por uma membra do GEOPEC no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRN. Nessa pesquisa, a articulação metodológica entre Cartografia Social e Geoecologia permitiu compreender a paisagem não apenas como um recorte físico ou natural, mas como um espaço vivido, simbólico e disputado, no qual se expressam memórias, práticas culturais, potencialidades e conflitos socioambientais.

A pesquisa teve como eixo central a produção de mapeamentos participativos com diferentes grupos sociais do município, moradores da sede urbana, distritos, comunidade indígena Sagi Jacu e de pescadores artesanais. Cada grupo foi envolvido por meio de oficinas, nas quais os participantes foram estimulados a refletir sobre o território a partir de três perguntas norteadoras: “o que temos?”, “o que queremos?” e “como podemos melhorar?”. Essa abordagem permitiu integrar a leitura científica da paisagem, fundamentada nos princípios da Geoecologia, com os saberes populares e as percepções locais, revelando elementos invisibilizados por meio da cartografia social. A Figura 5, apresenta um mosaico de alguns momentos do mapeamento participativo analógico.

Figura 5 – Mosaico de registros dos momentos de mapeamento participativo



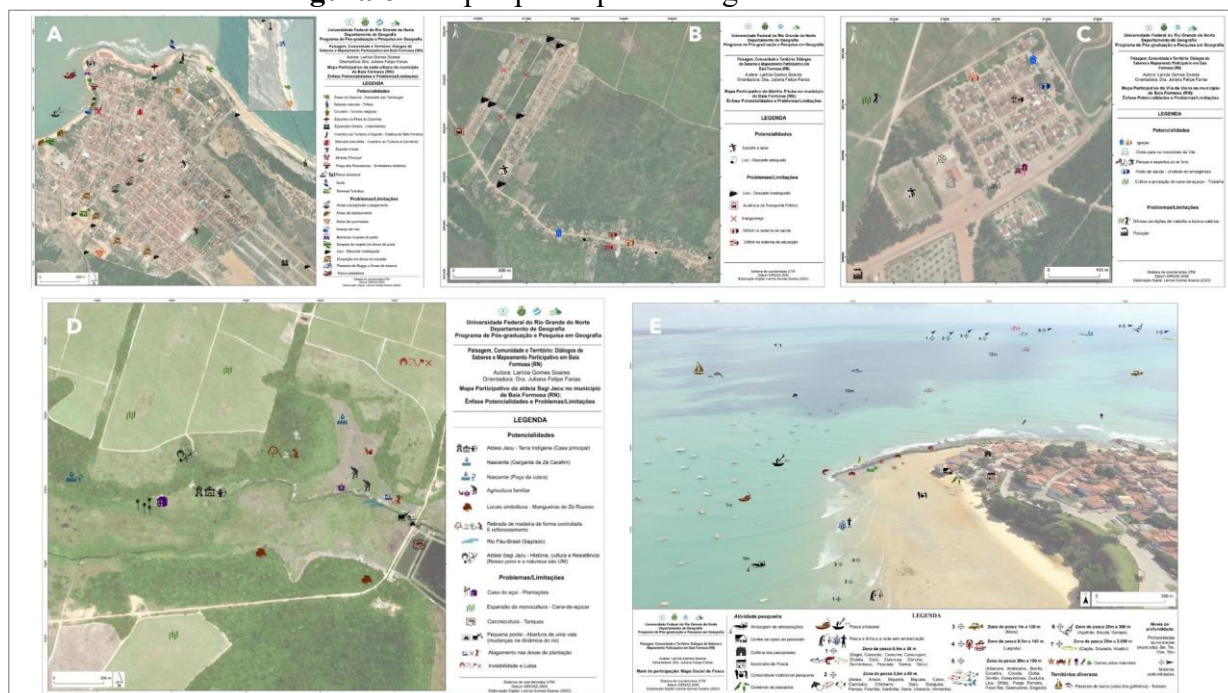
Legenda: A) Apresentação geral da proposta da pesquisa; B) Oficina de Cartografia básica e Cartografia social. C) Primeiros momentos de orientação, localização por parte do grupo e identificação de potencialidades e problemas; D), E) Exemplo de mapeamento participativo analógico finalizado. **Fonte:** Soares (2024)

A aplicação da CS resultou na construção coletiva de mapas analógicos e digitais. Esses mapeamentos identificaram não apenas os aspectos físicos da paisagem, mas também os problemas socioambientais enfrentados, como o desmatamento, a especulação imobiliária e a degradação de áreas de uso comum. Além disso, os mapas revelaram locais de valor afetivo, trilhas culturais, áreas produtivas, zonas de lazer, práticas tradicionais e vínculos históricos com o ambiente. Ao final do processo, foram sistematizadas também as propostas elaboradas pelos próprios participantes, com vistas à melhoria das condições de vida e ao fortalecimento do planejamento ambiental e ordenamento do território.

É válido destacar ainda que além da dissertação a pesquisa de mestrado se desdobrou em diversos artigos científicos buscando maior divulgação da temática e resultados, entre eles:

Raízes do Território: Mapeamento participativo e diálogo de saberes na comunidade indígena Sagi Jacu (Revista Caderno de Geografia – PUC Minas), Identificação e Valorização de Conhecimentos Tradicionais por meio do Mapeamento Participativo da Pesca Artesanal no Município de Baía Formosa/RN (Revista Verde Grade – Geografia e Interdisciplinaridade), Um Olhar Sobre o Território Por Meio do Mapeamento Participativo no Distrito Pituba em Baía Formosa/RN (Revista Ensaio de Geografia – UFF) entre outros. A Figura 6, apresenta alguns mapas participativos digitais finalizados, dos referidos trabalhos.

Figura 6 –Mapas participativos digitais finalizados



Legenda: A) Mapa Participativo da sede urbana de Baía Formosa (RN) Ênfase: Potencialidades e Problemas/limitações; B) Mapeamento Participativo no Distrito Pituba: Desvelando o Território Esquecido; C) Experiências Territoriais e a Dualidade da Cana-de-açúcar: Mapeamento Participativo na Vila da Usina; D) Diálogo de Saberes: Mapeamento Participativo junto à Comunidade Indígena Sagi Jacu; E) Cartografando Saberes: Mapeamento Participativo da Pesca artesanal. **Fonte:** Soares (2024).

Entre os principais resultados, destacam-se: a valorização dos territórios tradicionais e dos modos de vida locais; a identificação de conflitos e fragilidades socioambientais com base nas percepções comunitárias; e a formulação de propostas concretas voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais, à preservação ambiental e ao incentivo do turismo de base comunitária. Esses resultados não apenas contribuíram para o fortalecimento do vínculo das comunidades com seus territórios, mas também ofereceram subsídios para o planejamento público e a atuação de políticas mais direcionadas às realidades locais, demonstrando que é possível produzir ciência comprometida com a escuta, o diálogo e a ação, valorizando os saberes comunitários como parte integrante.

3.3 A CARTOGRAFIA SOCIAL NO ENSINO: POTENCIALIDADES PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO CRÍTICA

A Cartografia Social configura-se como uma metodologia potente para promover uma educação escolar contextualizada, ao valorizar o conhecimento local e envolver estudantes e comunidades na representação de seus territórios. Essa prática aproxima os conteúdos

curriculares da realidade dos alunos, tornando o aprendizado mais significativo e estimulando o protagonismo estudantil na construção do conhecimento. Além disso, favorece a reflexão crítica sobre questões sociais, ambientais e culturais do espaço vivido, fortalecendo os vínculos entre escola e comunidade.

Segundo Soares (2024), quando aplicada no contexto escolar, a Cartografia Social contribui para a compreensão dos aspectos socioambientais e reforça a conexão dos alunos com seu território, promovendo uma educação mais crítica e participativa. A autora destaca que essa abordagem permite aos estudantes identificar desafios e potencialidades locais por meio da leitura e representação do espaço.

Com base nessas premissas, foram realizadas, no âmbito do GEOPEC e do projeto de pesquisa voltado ao desenvolvimento do atlas sobre o estuário da bacia hidrográfica do Rio Potengi, em Natal/RN, atividades de mapeamento participativo em duas escolas públicas situadas nessa bacia. Uma delas está localizada no bairro das Quintas, próximo ao estuário, e a outra no bairro Potengi, mais afastado — ambos pertencentes ao município de Natal/RN. Participaram da ação turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, com média de 20 alunos por escola.

As atividades ocorreram em dois momentos. O primeiro consistiu em oficinas teóricas, nas quais os alunos foram introduzidos a questões centrais sobre o território. No segundo momento, foi realizado o mapeamento participativo, orientado por três eixos temáticos: potencialidades ambientais, fragilidades ambientais e usos da água. As discussões focaram na relação dos estudantes com a água e com a bacia hidrográfica na qual estão inseridos. A Figura 7 apresenta registros dessa atividade.

Figura 7 – Ação de mapeamento participativo vinculada ao desenvolvimento do atlas escolar sobre o estuário da bacia hidrográfica do Rio Potengi, em Natal/RN



Legenda: A) Oficina teórica sobre o Rio Potengi; B) C) D) Mapeamento participativo com turmas do ensino médio nos bairros Quintas e Potengi, Natal/RN. **Fonte:** GEOPEC (2025).

Os resultados evidenciaram percepções distintas sobre o rio e o território, relacionadas à localização dos estudantes na bacia. Essas vivências diversas e suas formas de relação com o espaço serão representadas em mapas que integrarão o atlas escolar. O mapeamento participativo visa despertar nos alunos a compreensão do espaço como um sistema integrado, no qual a visão da comunidade é fundamental para a interpretação do território vivido. Assim, a Cartografia Social, no ambiente escolar, contribui para que a Geografia seja percebida não apenas como uma disciplina, mas como uma ferramenta crítica para compreender o lugar onde se vive.

4. CONCLUSÕES

As experiências apresentadas ao longo deste artigo evidenciam o potencial da Cartografia Social quando articulada às dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. Ao promover práticas pedagógicas contextualizadas e metodologias sensíveis aos territórios, o GEOPEC tem contribuído para a valorização de saberes locais e a construção coletiva de diagnósticos e propostas voltadas à sustentabilidade e à justiça socioambiental.

A Cartografia Social, mais do que uma técnica de representação espacial, afirma-se como linguagem de escuta, pertencimento e ação. Os mapeamentos realizados com estudantes, pescadores, comunidades indígenas e moradores de áreas urbanas e rurais revelam uma multiplicidade de leituras da paisagem e território, trazendo à tona conflitos, potencialidades e vínculos afetivos muitas vezes invisibilizados pelas abordagens tradicionais.

Nesse sentido, reafirma-se o compromisso da universidade com a formação cidadã e a produção de conhecimentos comprometidos com as realidades locais. Ao integrar práticas colaborativas, a Cartografia Social fortalece o papel da Geografia como ciência comprometida com a compreensão do espaço geográfico e sua relação sociedade e natureza.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. (org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.
- CALLAI, H. C. **A formação do profissional de geografia: o professor**. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.
- CAVALCANTI, L. S. **O ensino de geografia na escola**. Campinas: Papyrus, 2012.
- FALCÃO, Luiza; FARIAS, Juliana Felipe. **Dingbats Baía Formosa: interseções entre o design de tipos e a cartografia social a partir de um projeto de extensão universitária**. 2023. Disponível em: <https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/1105>. Acesso em: 23 jun. 2025.
- GORAYEB, A.; MEIRELES, A. J. A.; SILVA, E. V. **Princípios básicos de Cartografia e Construção de Mapas Sociais**. In: GORAYEB, A.; MEIRELES, A. J. A.; SILVA, E.V.(Org.). **Cartografia Social e Cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015
- SOARES, L. G. **Paisagem, comunidade e território: diálogos de saberes e mapeamento participativo em Baía Formosa (RN)**. 2024. 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.
-